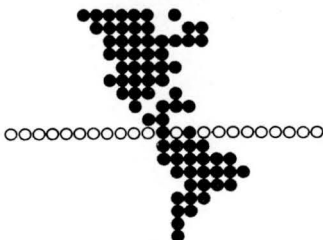


O IMPERATIVO DO DIÁLOGO



**O IMPERATIVO DO
DIÁLOGO**

EDIÇÕES FÓRUM DAS AMÉRICAS



1.^a EDIÇÃO

SÃO PAULO — BRASIL

CAPA

Aurélio Julianelli

Edições

FÓRUM DAS AMÉRICAS

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.000 — 18.º andar

01480 — São Paulo — Brasil

Tel.: (011) 813-7011

Telex 011.30813 — FOAM

Índice

Apresentação	9
Mensagem do Papa	17
Carta ao Papa	38
Documento ao Papa	47

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Esta pequena obra expressa uma preocupação coletiva pela abertura de caminhos que ajudem no alcance de saídas para a atual crise em que vivemos. Crise séria, profunda, de abrangência talvez sem comparação, ao longo dos tempos. Crise econômica e social, sim, mas também espiritual, em que a ausência aguda de entendimento perante as mais simples questões do universo humano só contribui para dar-lhe dimensões de quase assombro e angústia.

Se o diálogo é que leva à paz, e se a paz é, em si, condição básica da normal convivência, em qualquer dos planos — seja moral, seja material — e em qualquer dos níveis das relações entre os homens — seja grupal, seja social — nada mais adequado que procurá-la a partir da convicção sobre a real e inadiável necessidade da conversação entre todos nós.

O sentimento de premência em face da harmonia entre as nações e, dentro delas, entre os grupos que a compõem e moldam-lhe o perfil (de uma forma geral ainda bastante injusto) foi que inspirou a vigorosa mensagem de final de ano do Papa João Paulo II, a qual vai transcrita adiante. Dirigindo-se àqueles que, com maior ou menor parcela, têm responsabilidades pela paz, enfatizou o Papa: **“Estou profundamente convencido de que o diálogo — o verdadeiro diálogo — é uma condição essencial de uma paz assim, e certo de ir ao encontro, quanto a este ponto, da aspi-**

ração fundamental dos homens e mulheres do nosso tempo”.

É um texto rico, que mergulha no fundo e complexo terreno espiritual da doutrina da Igreja, ao tempo em que assegura ecos suficientes para nos fazer despertar ante a dura realidade existencial de povos inteiros, vítimas, muitas vezes, exatamente da precariedade e fragilidade do entendimento. **“Estou a pensar”, diz a Mensagem, “naquilo que endurece ou impede os processos normais do diálogo. Já dei a entender que o diálogo fica bloqueado pela decisão a priori de nada conceder, bem como pela falta de prestar ouvidos e pela pretensão de alguém ser — ele próprio e somente ele —, o padrão da justiça. Uma atitude assim pode esconder simplesmente o egoísmo cego e surdo de um povo ou, com mais freqüência, a sede de poder dos seus dirigentes.”**

Como se vê, são palavras sábias, que refletem, mediante a autoridade singular do Papa, o conhecimento rematado das coisas e fatos de um mundo convulsionado. E, mais que isso, a antevisão dos desdobramentos em potencial de um tal quadro sobre os destinos da Humanidade, capazes de exibir, na sua esteira, retratos ainda não pintados de sofreguidão e fome, de mais pobreza e injustiças.

Além da Mensagem de João Paulo II integra esta obra cópia fiel e exata de documento entregue a Sua Santidade pelo empresário Mario Garnero, presidente do Brasilinvest, em audiência particular realizada na Biblioteca do Papa, na Cidade do Vaticano, em Roma.

A elaboração desse documento, feita em caráter particular, sem o timbre formal e oficial das diversas funções que exerce no cenário público e empresarial do País, inspirou-se, sobretudo, na verificação de que são amplas as oportunidades de aplicarem-se, no Brasil, as exortações do Papa ao diálogo — ao verdadeiro diálogo — como pretende e deseja João Paulo II.

Entre os diversos temas a requerer o entendimento, apoiado no diálogo, no seio da enorme família brasileira avulta a questão fundiária. Ou seja, a questão da posse, domínio e uso socialmente justo das terras devolutas pertencentes ao governo, e que representam ainda, em algumas regiões, motivo de controvérsias, pendências judiciais e até de conflitos físicos diretos entre as partes interessadas.

Escolheu, assim, o empresário Mario Garnero, a problemática da terra como núcleo central do documento entregue ao Papa, convencido que está, como disse na ocasião a Sua Santidade, “da relevância da resolução deste problema para um melhor entendimento entre a Igreja e o Estado brasileiro, com vistas não apenas à questão das terras mas ao conjunto dos deveres sociais, econômicos e políticos que dizem respeito ao povo brasileiro”.

A título de informação ao leitor, esclarecemos que a elaboração do documento, cuja denominação original (abreviada nesta obra) é “**O Brasil, a Crise Mundial e o Imperativo do Diálogo**”, foi precedida de consultas, sugestões e exame crítico no âmbito de autoridades da Igreja e do

Estado brasileiro. A decisão de procurar as partes mais diretamente envolvidas e preocupadas com o tema constitui, em si, evidência do imperativo do diálogo, com o que se procurou neutralizar ou atenuar eventuais paixões, mal-entendidos e preconceitos acerca do tema, em adequada e humilde obediência aos ensinamentos de João Paulo II.

Nesse contexto de espírito aberto e receptivo à busca de soluções sociais — objetivo fundamental do trabalho que vem desenvolvendo, desde a juventude, o empresário Mario Garnero — cabe destacar a colaboração do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Sua Eminência Reverendíssima estimulou a procura de respostas para tão grandioso problema, solicitando, por sua vez, a participação, exercida com sugestões úteis e criativas, de Dom Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Da parte das autoridades públicas, o ministro Danilo Venturini, cidadão de formação cristã e católico praticante, também ofereceu — como, de fato, o tem feito sempre — colaboração espontânea para que se veja consumado o apelo do Papa ao diálogo e à compreensão, a começar da esfera de competência do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, que dirige.

Ver-se-á, na íntegra do trabalho de Mario Garnero, o exame mais amplo da atual crise, que perpassa e envolve o mundo e espalha suas frias e cruas marcas no semblante de todos nós — de cada brasileiro. Garnero deixa claro que não está

de posse de poções mágicas para aplacá-las e sorvê-las. “Sou um cidadão participante e consciente de minhas responsabilidades sociais e cristãs” — repete ele.

Que assim fique e que assim se conserve!

Na pior das hipóteses, resta-nos o alento de alguém predisposto a assumir e a fazer valer, com sentido coletivo e determinação de bem-estar comum, os clamores por paz, diálogo, harmonia e justiça social emanados do representante de Deus na terra.

Os Editores

**MENSAGEM
DO
PAPA**

MENSAGEM DO PAPA

No limiar do novo ano de 1983 apresento-vos esta Mensagem para o décimo sexto Dia Mundial da Paz, subordinada ao tema: "O diálogo para a paz, um desafio para o nosso tempo". Dirijo-a a todos aqueles que, de alguma maneira, são responsáveis pela paz; àqueles que presidem os destinos dos povos, aos funcionários internacionais, aos homens políticos, aos diplomatas e, ainda, aos cidadãos de cada nação. Todos, efetivamente, são interpelados pela necessidade de preparar uma paz verdadeira, de a manter ou de a restabelecer, sobre bases sólidas e justas. Ora, eu estou profundamente convencido de que o diálogo — o verdadeiro diálogo — é uma condição essencial de uma paz assim.

Este diálogo é necessário e não somente oportuno; ele apresenta-se difícil, mas é possível, apesar dos obstáculos que o realismo nos obriga a ter em consideração. Ele constitui, pois, o verdadeiro desafio que vos convido a aceitar. E faço-o sem nenhum outro intuito que não seja o de contribuir, eu próprio e a Santa Sé, para a paz, tomando muito a peito o destino da Humanidade, como herdeiro e primeiro responsável da Mensagem de Cristo, que é acima de tudo uma mensagem de paz para todos os homens.

PAZ, UMA ASPIRAÇÃO UNIVERSAL

Estou certo de ir ao encontro, quanto a este ponto, da aspiração fundamental dos homens e mulheres do nosso tempo. Não é este desejo da paz afirmado por todos os governantes nos votos que fazem relativamente à própria nação, ou nas declarações em relação aos outros países? E qual é o partido político que ousa abster-se de incluir a busca da paz no próprio programa? E quanto às organizações internacionais, tendo sido criadas para promover e garantir a paz, elas continuam a ter este objetivo, a despeito dos insucessos. E a própria opinião pública, quando não está excitada artificialmente por qualquer sentimento apaixonado de orgulho ou de injusta frustração, opta também ela por soluções de paz: e, mais ainda, movimentos cada vez mais numerosos, mesmo com uma lucidez e uma sinceridade que podem deixar a desejar, lutam por conseguir que se tome consciência da necessidade de eliminar não apenas todas as guerras, mas igualmente tudo aquilo que possa levar à guerra. Os cidadãos, em geral, desejam que haja um clima de paz a garantir a sua procura de bem-estar, particularmente quando eles se encontram — como sucede em nossos dias — perante uma crise econômica que ameaça todos os trabalhadores.

Seria necessário, no entanto, ir até ao fim desta aspiração, felizmente muito difundida: a paz não se estabelecerá nem se manterá sem que se usem os meios para isso. E o meio por excelência consiste em adotar uma atitude de diálogo, em introduzir pacientemente os mecanismos e as

fases do diálogo em toda a parte onde a paz se encontra ameaçada ou já comprometida, nas famílias, na sociedade, entre as nações ou entre os blocos de nações.

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO LÚCIDO E LEAL

A experiência da História, até mesmo da História recente, testemunha, com efeito, que o diálogo é necessário para a verdadeira paz. Seria fácil apontar casos em que o conflito parecia fatal, mas a guerra foi evitada ou foi abandonada, precisamente porque as partes em causa acreditaram no valor do diálogo e puseram-no em prática, no decorrer de longas e leais tratativas. Em contração, quando se deram conflitos — e, contrariamente a uma opinião bastante espalhada, podem-se contar, infelizmente, mais de cento e cinquenta conflitos armados após a Segunda Guerra Mundial! — sucedeu que o diálogo não tinha tido verdadeiramente cabimento, ou então tinha sido falseado, traiçoadado ou voluntariamente minimizado. O ano que está para terminar proporcionou mais uma vez o espetáculo da violência e da guerra; homens houve que mostraram preferir servir-se das próprias armas a procurar o entendimento com os demais. Sim, a par de sinais de esperança, o ano de 1982 deixará em muitas famílias humanas uma recordação de desolação e de ruínas, uma sensação amarga de lágrimas e de morte.

Assim, quem ousaria, pois, continuar a fazer pouco caso dessas guerras, das quais algumas ainda perduram, ou dos estados de guerra, ou das

frustrações profundas que as mesmas guerras deixam? Quem ousaria encarar, sem tremer, guerras ainda mais vastas e bem mais terríveis que continuam a ameaçar? Não será necessário fazer todo o possível para evitar a guerra, mesmo a “guerra limitada”, assim denominada com um eufemismo por aqueles a quem ela não diz respeito diretamente, dado que o mal que constitui toda e qualquer guerra, o seu preço a pagar em vidas humanas, em sofrimentos, em devastação daquilo que seria preciso para a vida e para o desenvolvimento dos homens, sem contar já os transtornos da tranqüilidade indispensável, a deterioração do tecido social e o endurecimento na desconfiança e no ódio em relação ao próximo, que as mesmas guerras cultivam?

E hoje em dia, quando até as chamadas guerras convencionais se tornam tão mortíferas, quando se conhecem as conseqüências dramáticas que teria uma guerra nuclear, apresenta-se ainda mais imperiosa por isso mesmo a necessidade de fazer cessar a guerra e de afastar a sua ameaça. E, por conseqüência, aparece como mais vital a necessidade de recorrer ao diálogo, à sua eficácia política, que há de evitar que se chegue ao uso das armas.

É PRECISO TER FÉ NO ÚNICO CAMINHO QUE CONDUZ À PAZ

No entanto, ainda nos dias de hoje há alguns que, dizendo-se realistas, duvidam da possibilidade do diálogo e de sua eficácia, pelo menos quando as posições se apresentam tensas e irre-

conciliáveis, a tal ponto que se lhes afigura não deixarem espaço para qualquer entendimento. Quantas experiências negativas e quantos malogros que se repetiram pareceriam dar apoio a esta desiludida maneira de ver!

E não obstante, o diálogo para a paz é possível, é sempre possível. Isto não é uma utopia. De resto, mesmo quando ele não pareceu possível e se chegou ao enfrentamento bélico, depois da devastação da guerra — a qual manifestou a força do vencedor, mas nada resolveu quanto aos direitos impugnados — não foi preciso em todo o caso, voltar à tentativa do diálogo? A convicção que eu aqui exprimo, a dizer bem a verdade, não assenta sobre uma tal fatalidade, mas sim sobre uma realidade: assenta na consideração da natureza profunda do homem. Aqueles que compartilham a fé cristã mais facilmente estarão persuadidos disso, mesmo acreditando na fraqueza congênita e no pecado que ficaram a marcar o coração humano desde o princípio.

No entanto, todos os homens, quer creiam, quer não, mesmo permanecendo em atitude prudente e lúcida quanto a uma possível insensibilidade dos seus irmãos, podem e devem conservar um mínimo de confiança no homem — na sua capacidade de ser razoável, no seu sentido de bem, da justiça e da eqüidade, na possibilidade do amor fraterno e da esperança, que jamais ficarão totalmente pervertidos — a fim de contarem com o recurso ao diálogo e com a hipótese de reatá-lo. Sim, os homens afinal são capazes de ultrapassar as divisões, os conflitos de interesses e mesmo as oposições que parecem radicais —

sobretudo quando cada uma das partes está convencida de defender uma causa justa — se acreditarem na eficácia do diálogo, se aceitarem encontrar-se entre homens para buscarem juntos uma solução pacífica e razoável para os conflitos. Mais: importa que eles não se deixem desanimar pelas limitações reais ou aparentes; e mais ainda é preciso que admitam recomeçar continuamente a propor um diálogo verdadeiro — removendo os obstáculos, depondo os vícios do diálogo, de que falarei mais adiante — e a trilhar até o fim este caminho, o único que conduz à paz, com todas as suas exigências e condições.

O DIÁLOGO DIMINUI AS DIFERENÇAS ENTRE OS HOMENS

Julgo ser útil, pois, recordar aqui as qualidades de um verdadeiro diálogo. Elas têm aplicação em primeiro lugar no diálogo entre pessoas; mas eu penso também e sobretudo no diálogo entre grupos sociais; entre forças políticas numa nação e entre Estados no seio da comunidade internacional; e não de verificar-se também no diálogo entre os vastos agrupamentos humanos que se distinguem e se enfrentam no plano étnico, cultural, ideológico ou religioso, uma vez que os polemólogos reconhecem que têm aí as suas raízes a maior parte dos conflitos, relacionando-se também com os grandes antagonismos da atualidade: Este-Oeste, por um lado, e Norte-Sul, por outro lado.

O diálogo representa um elemento central e indispensável do pensamento ético dos homens,

sejam eles quais forem. Sob o aspecto de intercâmbio, de comunicação entre os seres humanos, que lhes faculta a expressão, o diálogo é na realidade uma busca em comum.

Fundamentalmente, ele supõe a procura daquilo que é verdadeiro, bom e justo para todos os homens, para todos os grupos e para todas as sociedades, na medida em que se é solidário ou, ao contrário, em que se apresenta como parte adversa.

O diálogo exige, portanto, preliminarmente a abertura para o acolhimento: que cada uma das partes exponha os próprios dados, mas que também ouça a exposição da situação como a outra parte a apresenta e sente sinceramente, com os verdadeiros problemas que lhe são peculiares, os seus direitos, as injustiças de que tem consciência e as soluções razoáveis que propõe. Como poderia estabelecer-se a paz, quando uma das partes não chegou sequer a preocupar-se com o considerar as condições de existência da outra?

Dialogar pressupõe, assim, que cada um aceite esta diferença e esta especificidade do outro, que saiba medir bem aquilo que o separa do outro e que o saiba assumir, com o risco de tensão que daí resulta; isto, sem renunciar, por covardia ou por constrangimento, aquilo que sabe ser verdadeiro e justo, o que levaria a um compromisso claudicante; e, por outro lado, sem pretender também reduzir o outro a um objeto, mas considerando-o como sujeito inteligente, livre e responsável.

O diálogo é ao mesmo tempo a busca daquilo que é e permanece comum aos homens,

mesmo nas tensões, nas oposições e nos conflitos. Neste sentido, o diálogo é fazer de outrem um próximo; é aceitar a sua contribuição; é partilhar com ele a responsabilidade perante a verdade e a justiça; é propor e ponderar todas as fórmulas possíveis de honesta conciliação; procurando unir à justa defesa dos interesses e da honra da parte que se representa a não menos justa compreensão e respeito das razões da outra parte, bem como as exigências do bem geral comum a ambas.

Não será, de resto, cada vez mais evidente que todos os povos da terra se encontram numa situação de interdependência mútua, no campo econômico, político e cultural? Quem porventura pretendesse libertar-se de uma tal solidariedade não tardaria ele próprio a sofrer com isso.

Por fim, o verdadeiro diálogo é a procura do bem com meios pacíficos: é vontade tenaz de recorrer a todas as fórmulas possíveis de negociações, de mediações e de arbitragem, e de proceder de tal maneira que os fatores de aproximação prevaleçam sobre os fatores de divisão e de ódio.

O verdadeiro diálogo é um reconhecimento da dignidade inalienável dos homens; baseia-se no respeito à vida humana; é um apostar na sociabilidade dos homens, na sua vocação para caminharem juntos, com continuidade, mediante um encontro convergente das inteligências, das vontades e dos corações em direção ao fim que o Criador lhes estabeleceu: tornar a Terra habitável para todos e digna de todos.

A SEDE DE PODER AMEAÇA A FORÇA DO DIÁLOGO

A eficácia política de um diálogo assim não deixará de dar frutos para a paz. O meu venerando predecessor Paulo VI consagrou ao diálogo uma boa parte da sua primeira Encíclica **Ecclesiam Suam**. E aí escrevia: “A abertura de um diálogo . . . desinteressado, objetivo e leal é, por si mesma, uma declaração a favor de uma paz livre e honesta. Ela exclui simulação, rivalidades, enganos e traições” (cf. AAS 56, 1964, p. 654). Tal eficácia do diálogo exige dos responsáveis políticos de hoje muita lucidez, lealdade e coragem, não apenas em relação aos outros povos, mas também diante da opinião pública do próprio povo, pressuporia muitas vezes uma verdadeira conversão. Mas não há outra possibilidade perante a ameaça da guerra. E, ainda uma vez o repito, ela não é algo quimérico. Seria mesmo fácil citar aqueles entre os nossos contemporâneos que se honraram pelo fato de terem posto em prática essa conversão.

Em contraposição, parece-me salutar denunciar também alguns obstáculos particulares ao diálogo para a paz.

Não vou falar das dificuldades inerentes ao diálogo político, como seria aquela, freqüente aliás, de conciliar interesses concretos que se opõem, ou a de fazer prevalecer condições por demais precárias de existência sem que possa ser alegada da parte dos outros uma injustiça propriamente dita. Aqui estou a pensar naquilo que endurece ou impede os processos normais do

diálogo. Já dei a entender que o diálogo fica bloqueado pela decisão **a priori** de nada conceder, bem como pela falta de prestar ouvidos e pela pretensão de alguém ser — ele próprio e somente ele — o padrão da justiça. Uma atitude assim pode esconder simplesmente o egoísmo cego e surdo de um povo ou, com mais freqüência, a sede de poder dos seus dirigentes. E acontece, além disso, um tal desejo coincidir com uma concepção exagerada e ultrapassada da soberania e da segurança do Estado. Corre-se então o risco de o mesmo Estado se tornar objeto de um culto indiscutível, por assim dizer, e querer justificar os mais contestáveis empreendimentos. Orquestrado pelos meios potentes de que dispõe a propaganda, esse culto — que não há de ser confundido com o amor patriótico, bem-entendido para com a própria nação — pode inibir o sentido crítico e o sentido moral nos cidadãos, mesmo nos mais avisados, e encorajar a guerra.

O DIÁLOGO TRANSFORMADO EM ARMA CONTRA OS HOMENS

Com maior razão, ainda, é necessário fazer menção da mentira tática e deliberada, que abusa da linguagem e recorre às técnicas mais sofisticadas da propaganda, insidia o diálogo e exaspera a agressividade.

Por fim, uma vez que algumas partes frente a frente são sustentadas por ideologias que, malgrado as próprias declarações, se opõem à dignidade da pessoa humana e às suas justas aspirações em conformidade com os sãos princípios da

razão e da lei natural e eterna (cf. Pacem in Terris, AAS 55, 1963, pág. 300), por ideologias que vêem na luta o motor da História, na força a fonte do direito e na discriminação do inimigo do “abc” da política, o diálogo torna-se frio e estéril; ou então, no caso de continuar a existir, é na realidade superficial e falseado; torna-se muito difícil, para não dizer impossível. Daqui se segue uma quase incomunicabilidade entre os países e os blocos; mesmo as instituições internacionais ficam paralisadas; e o malogro do diálogo pode então, eventualmente, servir a corrida aos armamentos.

Entretanto, mesmo quando sucede aquilo que pode ser considerado um beco sem saída, na medida em que as pessoas constituem um todo com tais ideologias, a tentativa de um diálogo lúcido parece ainda necessária, a fim de desbloquear a situação e operar em favor das melhorias possíveis da paz, em pontos particulares, contando com o bom senso, com as perspectivas de perigo para todos e com as justas aspirações às quais no fundo aderem em grande parte os mesmos povos.

A PAZ SOCIAL DEPENDE DA DIMENSÃO DO DIÁLOGO

O diálogo para a paz deve instaurar-se antes de mais nada no plano nacional, para resolver os conflitos sociais e para se procurar o bem comum. Tendo em consideração interesses dos diferentes grupos, o concertamento pacífico pode fazer-se constantemente, mediante o diálogo, no exercício das liberdades e dos deveres democráticos por parte de todos; graças às estruturas de participa-

ção e aos múltiplos meios de conciliação entre os empregadores de trabalho e os trabalhadores, e na maneira de respeitar e de associar grupos culturais, étnicos e religiosos que compõem uma nação. Quando, infelizmente, o diálogo entre os governantes e os povos estiver ausente, a paz social achar-se-á ameaçada ou ausente, é como que um estado de guerra. Mas a História e a observação atual mostram que numerosos países conseguiram ou conseguem estabelecer um verdadeiro acordo permanente, resolver os conflitos que surgem no seu seio, ou mesmo preveni-los, arranjando para si instrumentos de diálogo verdadeiramente eficazes. Dotam-se, além disso, de uma legislação em evolução constante, que fará respeitar jurisdições apropriadas para corresponderem ao bem comum.

O VALOR DO DIÁLOGO NO RELACIONAMENTO ENTRE AS NAÇÕES

Se o diálogo se tem demonstrado capaz de dar bons resultados no plano nacional, por que é que não havia de ser assim no plano internacional? É verdade que os problemas são mais complicados, as partes e os interesses em causa mais numerosos e menos homogêneos. Mas o meio por excelência continua a ser sempre o diálogo leal e paciente. Onde ele não existir entre as nações, é necessário fazer todo o possível para o estabelecer. E, onde ele se apresentar deficiente, é preciso aperfeiçoá-lo. Nunca se há de excluir o diálogo, passando a fazer firmeza na força das armas para resolver os conflitos. E a grave responsabi-

lidade que aqui se acha envolvida é não somente a das partes adversas frente a frente, cuja paixão é difícil de dominar, mas é igualmente e mais ainda a responsabilidade de países mais poderosos que se abstêm de as ajudar a reatar o diálogo, as impelem para a guerra, ou as tentam para isso mediante o comércio das armas.

O diálogo entre as nações deve ser baseado na firme convicção de que o bem de um povo não pode afinal obter-se contra o bem de um outro povo: todos têm os mesmos direitos e as mesmas reivindicações de uma vida digna para os seus cidadãos. É essencial também progredir no superamento das clivagens artificiais herdadas do passado, dos antagonismos dos blocos. É necessário reconhecer mais a interdependência crescente entre as nações.

O DIÁLOGO ENTRE AS NAÇÕES LIGADO AO DIÁLOGO PELA JUSTIÇA

Se se quiser determinar o objeto do diálogo internacional, pode dizer-se que este tem de incidir particularmente sobre os direitos do homem, a justiça entre os povos, a economia, o desarmamento e o bem comum internacional.

Sim, o diálogo a este nível deve tender para que os homens e os grupos humanos sejam reconhecidos na sua especificidade e na sua originalidade, com o seu espaço indispensável de liberdade e, nomeadamente, no exercício dos seus direitos fundamentais. Quanto a este ponto, são para desejar um sistema jurídico internacional mais acolhedor dos apelos daqueles cujos direi-

tos são violados, bem como entidades com jurisdição que disponham de meios eficazes e apropriados para fazer respeitar a sua autoridade.

Se a injustiça, sob todas as suas formas, constitui a primeira fonte da violência e da guerra, torna-se evidente que, de uma maneira geral, o diálogo para a paz se apresenta indissociável do diálogo para a justiça, em benefício dos povos que sofrem a frustração e a dominação por parte dos outros.

O diálogo para a paz implica também, obrigatoriamente, uma discussão acerca das regras que dirigem a vida econômica. Com efeito, a tentação da violência da guerra fará sentir sempre a sua presença nas sociedades em que a cobiça e a corrida aos bens materiais levam uma minoria abastada a recusar à grande massa dos homens a satisfação dos mais elementares direitos à alimentação, à educação, à saúde e à vida (cf. *Const. Gaudium et Spes*, n. 69). Isto é válido no plano interno de cada país; mas é igualmente válido nas relações entre países sobretudo quando as relações bilaterais continuam a ser preponderantes. Está aqui um campo em que a abertura a relações multilaterais, especialmente dentro dos quadros das organizações internacionais, proporciona uma possibilidade de diálogo, menos prejudicado pelas desigualdades e, por conseguinte, mais favorável à justiça.

O objeto do diálogo internacional, evidentemente, há de estender-se também à perigosa corrida aos armamentos, de modo a reduzi-la progressivamente, conforme tive já ocasião de sugerir na mensagem lida na ONU, em junho passado,

e em conformidade com a mensagem da minha parte de que foram portadores os cientistas da Pontifícia Academia das Ciências para os responsáveis das potências nucleares. Em vez de estar ao serviço dos homens, a economia militariza-se. O desenvolvimento e o bem-estar ficam subordinados à segurança. A ciência e a tecnologia degradam-se ao nível de auxiliares da guerra. A Santa Sé não se absterá de insistir na necessidade de entravar a corrida aos armamentos mediante negociações progressivas, que requerem a reciprocidade; e continuará a estimular todos os passos em frente, por pequenos que sejam, no sentido de um diálogo razoável neste campo de capital importância.

No entanto, o objeto do diálogo para a paz não poderá ficar reduzido a uma simples denúncia da corrida aos armamentos; está em causa a busca de uma ordem internacional globalmente mais justa, de um consenso quanto à repartição mais eqüitativa dos bens, dos serviços, do saber e da informação, com a decisão firme de ordená-los para o bem comum. Sei bem que um diálogo assim, de que faz parte o diálogo Norte-Sul, é extremamente complexo, mas tem de ser procurado decididamente, a fim de preparar as condições de uma verdadeira paz, ao aproximar-se o terceiro milênio.

TODOS DEVEM ASSUMIR SUA PARCELA DE RESPONSABILIDADE

Depois destas considerações, a minha mensagem desejará ser, acima de tudo, um apelo a

que se aceite o desafio do diálogo para a paz. Dirijo-o, antes de mais, a vós, chefes de estado e de governo, para que o vosso povo conheça uma autêntica paz social, oxalá que possais facultar todas as condições de diálogo e de concertamento que, se estabelecidas com justeza, não comprometerão, mas, pelo contrário, virão a favorecer, a longo prazo, o bem comum da nação, na liberdade e na independência! Oxalá possais pôr em prática este diálogo, de igual para igual, com ou outros países, e ajudar as partes em conflito a encontrar também elas os caminhos do diálogo, de conciliação razoável e de paz justa!

Faço o mesmo apelo também a vós, diplomatas, cuja nobre profissão comporta, entre outras coisas, tratar os assuntos litigiosos e procurar resolvê-los mediante o diálogo e as negociações, a fim de evitar que se faça recurso às armas, ou então substituir, mediante isso, os beligerantes. Trabalho de paciência e de perseverança, este, que a Santa Sé aprecia tanto mais quanto ela própria está comprometida com relações diplomáticas e aí se empenha por levar a adotar o diálogo, como o meio mais apto para resolver as diferenças.

Queria reiterar a minha confiança sobretudo a vós, responsáveis e membros das organizações internacionais, e igualmente a vós funcionários internacionais. No decorrer do último decênio, as vossas organizações tornaram-se, com demasiada freqüência, objeto de tentativas de manipulação por parte das nações desejosas de explorar tais instâncias. Há possibilidades, portanto, dada a multiplicidade atual das defronta-

ções violentas, das divisões e dos bloqueios, com os quais esbarram as relações bilaterais, que dão azo às organizações internacionais de tentar habilmente que se introduza uma mudança qualitativa nas suas atividades, capaz de levar a reformar, em certos pontos, as suas próprias estruturas, para poderem ter em conta as novas realidades e usufruírem de uma força eficaz. As vossas organizações, quer elas sejam regionais quer mundiais, têm uma oportunidade excepcional a aproveitar: a oportunidade de se reapossarem daquela missão, em toda a sua plenitude, que lhes cabe em virtude da sua origem, do seu estatuto e do seu mandato; tornarem-se os lugares e os instrumentos, por excelência, do verdadeiro diálogo para a paz.

Longe de se deixarem dominar pelo pessimismo e pelo desânimo que paralisam, tais organizações têm a possibilidade de se afirmar ainda mais como lugares de encontro, onde poderão ser enfrentados os mais audaciosos reexames das praxes que atualmente prevalecem nos intercâmbios políticos, econômicos, monetários e culturais.

Lanço um apelo particular igualmente a vós, os que trabalhais nos meios de comunicação de massa. Os acontecimentos dolorosos que o mundo conheceu nestes últimos tempos vieram confirmar a importância de uma opinião esclarecida, para que determinado conflito não degenerem em guerra. A opinião pública, efetivamente, pode refrear as tendências belicosas ou, pelo contrário, dar apoio a essas mesmas tendências até à cegueira. E assim, enquanto artífices das transmissões de rádio e de televisão e da imprensa, vós

desempenhais um papel cada vez mais preponderante neste campo. Incito-vos, pois, a ponderar a vossa responsabilidade e a fazer ressaltar com o máximo de objetividade os direitos, os problemas e as mentalidades de cada uma das partes, a fim de promover a compreensão e o diálogo entre os grupos, entre as nações e entre as civilizações.

Não posso deixar de me dirigir, por fim, a cada homem e a cada mulher e também a vós, os jovens: todos vós tendes muitas ocasiões de abater as barreiras do egoísmo, da incompreensão e da agressividade, pela vossa maneira de dialogar, no dia-a-dia, na vossa família, na vossa aldeia, no vosso bairro, nas associações de vossa cidade e da vossa terra, sem esquecer as organizações não governamentais. O diálogo para a paz é assunto que a todos interessa.

E agora exorto-vos especialmente a vós, cristãos, a assumir toda a parte que vos toca neste diálogo, de acordo com as responsabilidades que vos incumbem, e a continuá-lo, com as características de acolhimento, de sinceridade e de justiça que a caridade de Cristo exige; e, ainda, a retomá-lo sem cessar, com a tenacidade e a esperança que a fé vos faculta. Vós conheceis também a necessidade da conversão e da oração, uma vez que o obstáculo por excelência à instauração da justiça e da paz se encontra no coração do homem, no pecado (cf. Const. *Gaudium et Spes*, n. 10), como já estava no coração de Caim, ao recusar o diálogo com o seu irmão (cf. Gên. 4, 6-9). Jesus Cristo ensinou-nos a saber ouvir, a partilhar, a fazer aos outros aquilo que cada um

gostaria que fosse feito a si mesmo, a resolver as diferenças enquanto se caminha juntamente (cf. MT 5, 25) e a perdoar. E, sobretudo, com a sua morte e ressurreição, veio libertar-nos do pecado que nos opõe aos outros, dar-nos a sua paz e derubar o muro que separava os povos. É por isso que a Igreja não cessa de pedir ao Senhor que conceda aos homens o dom da sua paz, como acentuava a Mensagem do ano passado para este dia. Os homens já estão votados a não se compreenderem uns aos outros e a dividirem-se, como em Badel (cf. Gên. 11, 7-9). Em Jerusalém, no dia do Pentecostes, o Espírito Santo fez reencontrar aos primeiros discípulos do Senhor, para além da diversidade das línguas, o caminho real da paz na fraternidade. E a Igreja continua a ser a testemunha desta grande esperança.

Oxalá que os cristãos possam tornar-se cada vez mais conscientes da sua vocação para serem, contra os ventos e as marés, os humildes pastores da paz, que Deus confiou aos homens, na noite do Natal!

E oxalá que, com eles, todos os homens de boa vontade possam aceitar este desafio para o nosso tempo, mesmo no meio das situações mais difíceis, quer dizer, possam fazer todo o possível para evitar a guerra e para isso empenhar-se, com uma convicção ainda maior, a percorrer o caminho que exclui a sua ameaça: o diálogo para a paz!

CARTA AO PAPA

A SUA SANTIDADE O PAPA JOÃO PAULO II

Eminente Pontífice:

O documento anexo é a expressão do posicionamento cristão de um cidadão e empresário brasileiro, a respeito do quadro econômico e social do Brasil de hoje. Ao elaborá-lo, trabalhei movido pela convicção do dever de participar nas relevantes questões nacionais, as quais, transbordando a esfera específica das autoridades públicas, invocam a atuação solidária de personalidades e instituições outras.

Entre essas instituições encontra-se, naturalmente, a Igreja Católica, de marcante influência sobre o povo e a sociedade brasileiros, seja no plano espiritual, seja em assuntos temporais. Torna-se, assim, legítima e desejável, mais que nunca, a contribuição da Igreja de Roma e de seus pastores em ação no Brasil, no sentido de orientar o povo no rumo de uma convivência harmoniosa, sob clima de respeito geral e de busca permanente da dignificação humana.

Vossa Santidade poderá avaliar, da leitura da análise e das considerações anexas, a magnitude dos problemas brasileiros nos dias atuais. A difícil conjuntura internacional projetou efeitos sérios sobre a situação econômica do Brasil, o que, por inevitável e à revelia do controle do Poder Público, terminou refletindo-se no campo social.

Destaca-se entre os problemas do Brasil, no momento, o da posse e uso da terra. A chamada questão fundiária tem causado preocupação às autoridades públicas, aos empresários, às instituições leigas e às entidades religiosas, por sua significação intrínseca e pela importância direta para a vida de milhares de agricultores.

De fato, as profundas e rápidas mudanças nas relações de produção registradas no Brasil, mormente nos últimos 10 anos e com especial influência sobre as zonas rurais, suscitaram um quadro potencial de dissidências envolvendo o direito à propriedade e à utilização de terras. Em algumas dessas pendências verificou-se a ativa atuação de membros do Clero Católico.

Cerca de 4,5 milhões de títulos de propriedade rural foram já entregues a trabalhadores, limitando os litígios a 5% das áreas em disputa. A decisão governamental é de acelerar a sistemática de entrega de terras, em obediência ao direito irretorquível à propriedade e em atendimento a seu uso social.

Como cidadão e como empresário, com responsabilidades sociais de natureza diversa, e com mandato representativo de instituições de idênticos compromissos coletivos, estou convencido de que o diálogo, nesta como em outras matérias de interesse da sociedade brasileira, é o instrumento mais adequado para o encaminhamento de soluções.

Tendo em mente ainda a mensagem de final de ano de Vossa Santidade, exortadora ao diálogo, rogo ao Eminentíssimo Pontífice considerar a importância da oportunidade de um trabalho harmônico em favor da resolução desta e de outras questões que tocam de perto a Nação brasileira, e que se relacionam ao trabalho da Igreja Católica e seus pastores no Brasil.

Os estímulos ao ódio, à discórdia, à desagregação e aos conflitos de classes, que se encontram embutidos em postulados ideológicos negadores do espírito cristão e da doutrina católica, constituem o preâmbulo de instituições totalitárias, incompatíveis com os valores de fraternidade, de paz e de justiça do povo brasileiro.

Os aperfeiçoamentos requeridos no plano social — e eles o são, de fato —, devem contemplar o respeito ao sistema de representação política democrática, pluralista, aberta, bem assim a manutenção dos princípios da economia de mercado praticados em consonância com os anseios da sociedade brasileira.

Eminentíssimo Pontífice:

Estamos empenhados, no Brasil, em evitar a prática de relações políticas, econômicas e sociais indutoras à violência de inspiração ideológica, típicas de países totalitários, cuja insensatez e volúpia de poder chegam ao desatino inominável de atentar contra a vida de pessoas caras a povos e nações inteiros, em operações de envergadura mundial.

Muitos dos encargos de promover o bem-estar dos povos, em especial dos trabalhadores mais humildes, cabem aos empresários. No que nos concerne, é nosso firme propósito continuar trabalhando para construir um Brasil justo, aplicador da doutrina social da Igreja e obediente aos princípios cristãos da solidariedade.

Com meus respeitos, rogo a santa bênção de Vossa Santidade.

Famig



DOCUMENTO AO PAPA

**O BRASIL,
A CRISE MUNDIAL
E O IMPERATIVO
DO DIÁLOGO**

MARIO GARNERO

I Parte

A PROCURA DE UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA

A PROCURA DE UMA ESTRATÉGIA DE MUDANÇA

O mundo está conhecendo, nos presentes dias, a mais forte recessão econômica desde a crise de 1929. Esse fenômeno assola países de diferentes níveis econômico-sociais, em todos os quadrantes geográficos, causando notório pessimismo no tocante às previsões sobre o bem-estar dos povos neste ano e até mesmo nesta década.

Nos países desenvolvidos da chamada economia ocidental, filiados à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a face mais preocupante da recessão é a que se revela nos índices de desemprego. A persistência da fraca atividade econômica já elevou a pouco mais de 30 milhões o número de desempregados nos 24 países que compõem a entidade. Até o final do corrente ano, esse número poderá ascender a quase 34 milhões. Isto significa que, no momento, 10,5% da força de trabalho desses países estão sem emprego e não há evidência de que esse quadro possa modificar-se positivamente no decorrer de 1983.

O SOMBRIO HORIZONTE INTERNACIONAL

Não é sem razão, portanto, que um franco pessimismo envolve as previsões dos países mais desenvolvidos do Ocidente para os próximos anos. O mais provável, com base na evolução dos fatos presentes, é que na maioria desses países

se prolongue um já demorado período de contenção de gastos, incluindo-se entre estes os que se referem a investimentos de prazo fixo, geradores de emprego. Nem mesmo as perspectivas de recuperação da atividade econômica nos Estados Unidos, admitida para o primeiro semestre deste ano, estão justificando expectativa de reflexos substanciais e imediatos nos demais países. O crescimento da produção industrial, a curto ou médio prazo, assim como os benéficos efeitos da queda da inflação e das taxas de juros, não serão suficientes para reduzir o nível do desemprego, sobretudo na Europa.

A situação não é muito diferente no bloco de países socialistas do Leste Europeu. São reconhecidas as dificuldades graves em alguns destes países, refletindo-se igualmente nos planos de ocupação de mão-de-obra e de geração de futuras oportunidades de trabalho.

A recessão da atividade produtiva nas principais economias, o aumento generalizado das medidas protecionistas e a decorrente queda do comércio internacional são outros aspectos bem evidentes dessa profunda crise. Em todos os países assim atingidos registra-se um fato comum e causador de particulares apreensões. Trata-se da incerteza quanto às possibilidades de uma recuperação econômica efetiva, dentro das regras que há décadas regem a produção e o comércio nos países afetados.

Algumas dessas regras tornaram-se certamente obsoletas. Uma economia nacional mais poderosa pode sofrer problemas e estes proble-

mas quase sempre repercutirão, com diferenças de grau, sobre outras economias mais fracas. Mas não há indícios, hoje, de que qualquer economia nacional, por mais poderosa que seja, tenha condições de isoladamente promover a sua recuperação e assegurar efeitos igualmente positivos nas demais economias. Em outras palavras, os germens da recessão contagiam facilmente e não mais se dispõe de antídotos eficazes, o que caracteriza, a nível internacional, um inédito estado de insegurança e angústia social.

Os tons sombrios desse panorama atual contrastam com a luminosidade de um período de crescimento sem precedentes para os países industrializados, que se estendeu do pós-guerra até poucos anos atrás. Com efeito, o produto mundial, formado em grande parte pelas economias desses países, triplicou entre 1950 e 1970, com base em políticas que deram total prioridade ao desenvolvimento econômico, favorecido pela disponibilidade de energia e matérias-primas a custos relativamente baixos. Os países industrializados habituaram-se ao crescimento contínuo e ao pleno emprego.

A CRISE VISTA DA AMÉRICA LATINA

Enquanto isso, o que sucedeu com a América Latina, composta por países ainda em desenvolvimento e em cujo contexto geográfico se situa o Brasil?

Sem dúvida, a expansão econômica dos países industrializados irradiou-se parcialmente aos

latino-americanos. Essa expansão se fez, de fato, em paralelo ao aumento dos volumes de comércio internacional e mediante sensíveis movimentos em prol da redução de barreiras alfandegárias e, inclusive, do estabelecimento de sistemas de tarifas preferenciais em países industrializados para importações de países em desenvolvimento.

A proporção de comércio dos países latino-americanos com os países industrializados é relevante. O crescimento destes últimos tem representado importante função no crescimento dos primeiros, sobretudo através da demanda de importações regionais. Uma objetiva correlação entre o PIB dos países da OCDE e dos países latino-americanos, entre 1961 e 1973, ilustra bem o fato. Nesse período, para cada 1% de crescimento do PIB no bloco da OCDE registrou-se 1,19% de crescimento no conjunto dos países latino-americanos. Depois do primeiro impacto da alta do petróleo, de 1974 a 1980, a cada 1% de crescimento dos países da OCDE passou a corresponder 1,58% de crescimento nos países da região.

Ao lado dos índices de crescimento dos países industrializados, as taxas de juros internacionais e a inflação internacional constituem as principais variáveis exógenas que influenciam os índices de crescimento da América Latina. Não é por outro motivo que organismos supranacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, dão grande importância a projeções que consideram valores hipotéticos daquelas variáveis, na tentativa de analisar a evolução econômica dos países latino-americanos nos próximos anos — tentativa que, infelizmente, não leva a qualquer

resultado especialmente animador entre 1983 e 1986.

O que significa isto? Em primeiro lugar, é evidente que se transferem aos países da América Latina todas as inseguranças e angústias que cercam, hoje, a evolução econômica dos países industrializados neste e nos próximos anos. Incertezas quanto às possibilidades de recuperação econômica, ao comportamento das taxas de juros ou aos índices de inflação podem configurar dificuldades para os países industrializados, mas representam terríveis pesadelos para os povos dos países em desenvolvimento. O desemprego gera situações profundamente desagradáveis nos países ricos, mas constitui verdadeiro flagelo social nos países da América Latina.

O surto de expansão econômica do pós-guerra começou no mundo todo em patamares de bem-estar bastante desnivelados entre os diversos países. Havia diferenças acentuadas entre os países industrializados, mas entre estes e os países subdesenvolvidos existiam imensos abismos, que podiam ser avaliados mediante cotejos dos principais indicadores econômicos e sociais. A evolução econômica nos países da América Latina, embora provocando mudanças estruturais importantes em alguns países, não foi suficiente para reduzir de modo significativo o "gap" que separa a região dos países industrializados. O progresso regional exacerbou aspirações e, em determinados países, criou novos elementos de impulsão econômica, mas esteve longe de permitir uma aproximação regional aos patamares econômico-sociais do mundo desenvolvido.

A IMPOSSIBILIDADE DE INFLUIR

O clima de insegurança que envolve a economia internacional, toda ela orientada e conduzida pelos países industrializados, transfere-se automaticamente aos países em desenvolvimento. Mas o clima que oprime estes últimos países é agravado por uma importante circunstância: nenhuma iniciativa eficaz existe que possa ser tomada por eles com o fito de alterar os rumos da evolução econômica.

Prevalece entre esses povos, ao lado de uma aflitiva espera de acontecimentos imponderáveis, a sensação amarga da impotência para influir na escolha de caminhos evolutivos. Enquanto isso, uma dura realidade de privações sociais, que inclui a representada por vastos bolsões de pobreza absoluta, continua fazendo parte de seu cotidiano.

Uma situação com essas negativas características é vivida com toda a intensidade pelos países da América Latina, nesta primeira quadra da década de 80.

Há consenso generalizado de que, para eliminar a retração de longo prazo e as tendências de aumento da inflação, será indispensável estabilizar a economia do mundo desenvolvido. Em países de mais forte influência, como os Estados Unidos, o Japão ou os do Mercado Comum Europeu, tem havido incertezas quanto a se fazer a política fiscal adaptar-se à política monetária ou, inversamente, a política monetária adaptar-se à política fiscal, embora se saiba que tal adaptação, qualquer que seja o sentido, precisa ser feita o quanto antes para evitar os riscos de uma de-

pressão econômica internacional. De qualquer modo, a superação do dilema trará sérias consequências para a América Latina.

O setor externo assumiu alta importância nos países latino-americanos, passando de 26% do PIB em 1970 para 59% em 1980. A geração do PIB de cada país depende da interação da demanda e oferta de bens e serviços no mercado interno e, também, do mercado externo. O crescimento econômico latino-americano é fortemente impulsionado pelas exportações, cujas taxas de crescimento têm sido bem maiores do que as dos outros componentes do PIB. Compreende-se, assim, que sejam vitais para esses países as decisões do mundo desenvolvido quanto à estabilidade de sua economia e, sobretudo, quanto aos meios a serem adotados para alcançar essa estabilidade.

Se a política monetária dos desenvolvidos for adaptada à política fiscal, pode-se esperar para breve o término da recessão econômica, mas isto manteria o perigo de recessão a longo prazo e dificultaria o combate à inflação. Se, por outro lado, a política fiscal for adaptada à política monetária, a retração atual levará mais tempo para ser superada, mas se poderia conjurar a recessão a longo prazo e conter a tendência de expansão inflacionária.

Os países industrializados podem ou não adotar medidas compatíveis na busca da desejada estabilidade e é isto que, bem ou mal, procuram discutir entre si. Os países latino-americanos sabem apenas que serão profundamente afetados, de algum modo, pelas medidas que os países industrializados vierem a adotar mas não terão a

menor oportunidade de interferir nas discussões em curso e muito menos na aplicação das soluções decorrentes.

UM ENCORAJADOR EXEMPLO DE CRESCIMENTO

No mundo em desenvolvimento, o Brasil foi um dos países que maior impulso econômico tiveram nos anos do pós-guerra. Com um Produto Interno Bruto (PIB) de 34,7 bilhões de dólares em 1950 atingiu a 274,3 bilhões em 1980. Na década de 60, o crescimento anual médio de seu PIB foi de 6,0% e na de 70 passou a 8,6%, o nível mais elevado de toda a América Latina.

País de dimensões continentais, possuidor de grandes e variadas jazidas minerais e dispondo, ainda, de amplas superfícies do território utilizáveis para agricultura e pecuária, o Brasil só poderia optar por políticas econômicas que dessem ênfase ao aproveitamento de seu potencial. De fato, essa opção proporcionou ao Brasil um crescimento estável desde os anos 50, acelerado ao final da década em virtude de sua política de industrialização. O crescimento acelerado tornou-se a característica econômica mais notável do país no período do pós-guerra.

O crescimento brasileiro foi sustentado durante um período tão longo não apenas em razão do surto expansivo da economia ocidental. Outros fatores importantes justificaram o fenômeno, tais como a evolução da poupança interna, mantida próxima do nível de 20% do PIB; as oportunidades de investimento oferecidas pelo país,

atraentes inclusive aos capitais externos; a orientação da política econômica voltada sempre à promoção do desenvolvimento; e, de modo muito especial, à disponibilidade no país de uma ativa capacidade empresarial, reforçada por correntes imigratórias ao início do século e favorecida por boas condições de mobilidade social.

O crescimento do país foi impulsionado pela industrialização, que em alguns casos de substituição de importações teve de valer-se de um rígido protecionismo. De um modo geral, o protecionismo é considerado uma fonte de ineficiência para a indústria ou agricultura substitutiva de importações. Entretanto, no caso brasileiro essa regra não se confirmou. A maioria das indústrias que puderam nascer protegidas por barreiras alfandegárias em breve evoluíram e se tornaram altamente competitivas no mercado internacional, representando uma experiência de substituição de importações particularmente interessante à análise econômica.

Desse modo, o setor industrial assumiu crescente importância no quadro da produção econômica, tendo um crescimento médio anual da ordem de 8% entre 1950 e 1980. A urbanização refletiu claramente esse fato. Em 1950, a população urbana era apenas 36% do total do país e em 1980 subiu a 68%.

Entretanto, a despeito do surto de industrialização, o setor agropecuário continuou expandindo-se a taxas anuais médias razoáveis e esse é outro fenômeno marcante na evolução econômica brasileira. Entre 1950 e 1980, a taxa média de

crescimento da produção agropecuária foi de 4,7%. Na década de 70 essa média foi de 5,2%.

O AUMENTO DA BASE EXPORTADORA

Com o crescimento simultâneo dos setores industrial e agropecuário, o Brasil pôde ampliar a sua base de exportações e desenvolver o setor externo de sua economia. O incremento das exportações foi extraordinário tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Em 1950, as exportações brasileiras não passavam de 1,36 bilhão de dólares e eram constituídas na maior parte por produtos agropecuários e matérias-primas. Na metade dos anos 60, as exportações ainda se mantinham próximas desse nível, com um único produto, o café, respondendo por mais da metade de seu valor.

A situação modificou-se rapidamente desde então, com a pauta exportadora diversificando-se e os produtos brasileiros sendo colocados em maior número de países, nos chamados mercados novos da África, Europa Oriental, Ásia e da própria América Latina. Em 1980, as exportações do Brasil já ultrapassavam o nível de 20 bilhões de dólares, com 57% desse valor representado por produtos industrializados e menos de 14% pelo café.

OS PROBLEMAS DE UMA NAÇÃO EMERGENTE

No decurso de três décadas o Brasil evoluiu no bloco dos países em desenvolvimento, assumindo posição entre o grupo de países recente-

mente industrializados. Certamente muitos problemas estão longe de soluções satisfatórias, tanto na área econômica quanto na social. Mas há condições, hoje, para o alcance dessas soluções em futuro muito próximo e esse é um fator assinalável em qualquer análise da situação brasileira.

O aumento populacional ocorre à taxa anual de 2,5%, o que contribui para manter um alto contingente de população jovem e gera a necessidade de criação de pelo menos 1,5 milhão de novos empregos por ano. O êxodo rural e a concentração urbana são fenômenos ainda não controlados devidamente e cuja gravidade motiva sérias preocupações. A renda real do país aumentou sensivelmente ao longo dos anos, mas de forma desigual e beneficiando mais os estratos da sociedade com renda mais elevada. Os padrões de saúde pública, saneamento e educação continuam bastante distanciados dos apresentados pelos países desenvolvidos. A infra-estrutura de transportes e de serviços públicos ainda depende de ampliações e melhoria tanto nas áreas mais antigas de atividade econômica quanto nas novas fronteiras agropecuárias e minerais.

A inflação atinge praticamente o mundo inteiro, mas tem sido um mal crônico no Brasil desde há longo tempo. A taxa inflacionária oscilou no país nas últimas três décadas, de um mínimo de 11% em 1952 a um máximo de 110% em 1980 (declinando para 99,7% em 1982).

Essas taxas caíram acentuadamente em meados dos anos 60 e continuaram a declinar até o começo dos anos 70. Após o primeiro choque do aumento do petróleo, a inflação situou-se na

média de 38% entre os anos de 1974 e 1978. Algumas medidas econômicas menos ortodoxas aplicadas entre 1979 e 1980, associadas ao segundo choque do aumento do petróleo, resultaram na elevação da taxa inflacionária a um número de três dígitos.

Medidas rigorosas estão sendo tomadas atualmente para conter a expansão inflacionária, com o mínimo de efeitos possíveis sobre a atividade econômica, o que não é um objetivo de fácil alcance. É verdade que o Brasil nunca esteve livre da inflação, mas é fato reconhecido, também, que o país foi capaz de encontrar um mecanismo que torna mais tolerável a convivência com aquele mal. Trata-se do sistema de indexação da economia, largamente aplicado e que possibilita a manutenção de níveis reais para os salários, viabiliza a poupança e conserva os estímulos à exportação. A indexação facilita a convivência com a inflação, mas tende a dificultar políticas de vigoroso combate a este indesejável fenômeno. De qualquer modo, foi uma prática que ajudou a sustentação de um crescimento econômico firme apesar da crônica inflação.

O ESFORÇO CONSOLIDADO

Não há dúvida de que, ao longo das décadas de 60 e 70 o Brasil construiu as bases de sustentação de um crescimento firme, capaz de consolidar a sua nova posição entre os países de recente industrialização.

Nesse período, uma política francamente voltada para o desenvolvimento possibilitou o aumen-

to da capacidade instalada de geração de energia, mediante a construção de numerosas usinas, hidrelétricas. Criaram-se novas usinas siderúrgicas, indústrias metalúrgicas, mecânicas, químicas e petroquímicas, de bens de capital e de bens de consumo. Novas jazidas minerais foram colocadas em exploração em vários pontos do país.

No setor da agricultura e da pecuária, as duas últimas décadas foram marcadas pela abertura de novos espaços de produção nas regiões do Brasil Central, do Oeste e do Norte. Uma ampla rede de estradas e de transporte rododiferroviário teve que ser criada ou ampliada para cobrir as grandes superfícies incorporadas ao sistema produtivo.

A expansão da indústria e da agricultura, em uma primeira etapa, permitiu expressiva substituição de importações. A seguir, em diversificados ramos, estabeleceram-se condições que viabilizaram a crescente exportação de produtos agrícolas, semi-industrializados e manufaturados. Para o escoamento dessa exportação criaram-se novos e importantes terminais marítimos ao longo da extensa região costeira. Em função do prolongamento das fronteiras agropecuárias, da expansão urbano-industrial e das exigências de modernização de todo o sistema sócio-econômico, uma vasta rede de telecomunicações foi implantada no país, interligando suas mais distantes regiões.

Foi de fato extraordinário o empenho do Brasil em todos esses anos para implantar sólidas estruturas de crescimento. O país manteve sempre em alta consideração os valores do desenvolvimento, predispondo-se assim aos naturais

sacrifícios que lhes seriam exigidos em termos de trabalho e investimento. Ademais, a opção pelo desenvolvimento seria inescapável, cumprindo ao Brasil subdesenvolvido de algumas décadas atrás o alcance destes objetivos lógicos e simples: aproveitar as terras cultiváveis, extrair os minérios do subsolo, processar as matérias-primas disponíveis e desfrutar, com sentido social, as riquezas assim geradas.

Em circunstâncias normais, estariam abertos os caminhos da prosperidade nacional, em caráter estável e permanente.

NOVOS ABALOS NA ECONOMIA INTERNACIONAL

No decorrer dos anos 79, porém, a economia internacional passou a sofrer profundos abalos, que repercutiram de modo especialmente grave nos países em desenvolvimento e, em particular, no Brasil. Ao primeiro “choque do petróleo”, as nações industrializadas trocaram as altas taxas de crescimento em 1973 por taxas menores e até negativas em 1974 e 1975. Retomando o ritmo ascensional, após os devidos reajustes, voltaram novamente a políticas recessivas em 1980 e 1981, depois de ocorrido o segundo “choque do petróleo”, em 1979.

Aos países em desenvolvimento, cujas condições sócio-econômicas preexistentes já eram penosas, coube apenas minimizar os efeitos da contenção do crescimento, apelando quando possível ao esforço exportador ou ao aproveitamento da inusitada oferta de eurodólares no mercado

financeiro internacional, efeito da reciclagem dos superávits nos balanços de pagamento dos países produtores de petróleo.

Exportar mais é uma medida que depende sempre da mobilização de recursos internos para a obtenção dos produtos necessários, bem como da disponibilidade de mercados abertos no exterior para a compra desses produtos. E dá resultado compensador apenas quando os preços dos produtos exportados não caíam além de certos níveis.

Não foram estas as condições com que se defrontaram os países em desenvolvimento, já que a recessão internacional dificultou o aumento das vendas externas, uma nova onda de protecionismo varreu o mundo industrializado e a maioria dos produtos exportados por aqueles países sofreu acentuada queda de cotações.

A SUFOCANTE ALTA DOS JUROS

O apelo aos empréstimos no mercado internacional, em paralelo ao esforço exportador (quando possível), encontrou logo um fator limitante na evolução das taxas de juros. Com o aumento da demanda de dinheiro, principalmente de parte dos países em desenvolvimento importadores de petróleo, aumentaram os riscos dos empréstimos a tomadores já endividados e, portanto, elevaram-se os valores das taxas e das sobretaxas de juros (spreads). Cedo ou tarde estes fatos haveriam de impor barreiras ao fluxo de empréstimos externos.

Mas não seriam estas as únicas dificuldades. A partir de 1980, alguns países industrializados optaram por políticas de ajustes de sua economia que influíram sobremaneira na elevação das taxas de juros. Os Estados Unidos procuraram cobrir seus grandes déficits públicos pela emissão de títulos do Tesouro, em lugar da anterior e inflacionária prática da emissão de papel moeda. Com a entrada desse importante tomador de recursos no mercado as taxas de juros elevaram-se abruptamente. A elevação estendeu-se a todo o mercado internacional, pois os detentores de capitais não iriam fazer aplicações em praça onde a remuneração, isto é, os juros fossem inferiores aos norte-americanos.

Como resultado das novas políticas monetárias das nações industrializadas, os juros internacionais, já em alta desde 1977, chegaram a níveis inéditos em 1980 e no início de 1981, com terríveis efeitos sobre todo o sistema econômico mundial. O serviço da dívida dos países em desenvolvimento tornou-se sufocante, pois a maior parte dos empréstimos é contratada com taxas flutuantes. Os novos financiamentos, quando necessários para rolar a dívida preexistente, foram gravados por taxas e sobretaxas excessivamente elevadas, inclusive pelo risco de insolvência dos devedores economicamente mais fracos.

A alta dos juros afetou também o mercado de matérias-primas exportadas pelos países em desenvolvimento, já que o encarecimento dos financiamentos desestimulou a formação de estoques e fez diminuir a procura daqueles produtos.

ESTARIA PRÓXIMA A SAÍDA DA CRISE?

O começo da década de 80 configurou uma crise profunda na economia internacional, com efeitos devastadores sobre os países em desenvolvimento.

Estes países não lutam hoje, como sempre o fizeram, para fugir à pobreza absoluta ou conseguir um crescimento que não os deixe tão longe dos países industrializados. Lutam, na verdade, para escapar à total insolvência — e isso em circunstâncias absolutamente desfavoráveis, como o fechamento dos mercados para seus produtos no exterior, a baixa de preços unitários de seus produtos de exportação, o aumento de preços dos produtos importados tanto da OPEP quanto dos países industrializados e, ainda, o crescimento dos custos do serviço da dívida.

Cabe lembrar que alguns sinais promissores podem indicar, no início de 1983, uma significativa melhoria no grau de atividade econômica dos países industrializados. A recessão parece ter cumprido o seu objetivo saneador em países como a Alemanha Ocidental e a Inglaterra. Nos Estados Unidos, o corte de gastos governamentais e o financiamento dos déficits com aumentos de arrecadação tendem a diminuir a pressão dos títulos do Tesouro no mercado de capitais, com uma conseqüente baixa no nível dos juros. A reativação econômica dos países desenvolvidos e a diminuição das taxas de juros poderão reanimar o comércio internacional, caso sejam afrouxadas as medidas protecionistas.

Mas estará o mundo próximo de uma saída para a crise econômica? Para os países em desenvolvimento a resposta é evidentemente negativa. Mesmo os países desenvolvidos devem encarar com reticência, senão com ceticismo, os aparentes sinais de uma recuperação que, além de tudo, pode ter efêmera duração.

A NATUREZA ESTRUTURAL DO DESEQUILÍBRIO

O desequilíbrio da economia internacional é de natureza estrutural e não será superado por medidas conjunturais. Os sinais de recuperação que se prenunciam resultam de fatores meramente conjunturais e não justificam a crença em uma nova fase de crescimento estável.

Para os países em desenvolvimento estes sinais não afastam sequer as ameaças da pura insolvência e estão longe de significar o advento de uma era de real prosperidade.

Novos “choques do petróleo” podem ocorrer a qualquer momento e estes países não têm as mesmas condições dos desenvolvidos para absorvê-los. O esforço exportador, além de requerer pesados encargos, continuará encontrando os obstáculos do neoprotecionismo por um tempo indefinido. As oscilações das taxas de juros são fenômenos absolutamente aleatórios para os países em desenvolvimento e estarão, sempre, na dependência da política monetária dos países economicamente mais fortes. O financiamento dos déficits de seus balanços de pagamento ou de seus projetos de desenvolvimento econômico-

social ainda não dispõe de mecanismos adequados, a nível supranacional, achando-se em franca obsolescência organismos como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, quer pela exiguidade de seus recursos, quer pela rigidez de suas normas operacionais.

O que é que muda para melhor neste início de década, do ponto de vista dos países desenvolvidos? Praticamente nada, a não ser que se queira considerar positivo o fato de que o ano de 1983 dificilmente poderá ser pior do que 1982 ou 1981. Infelizmente há pouca esperança em iniciativas dos países industrializados para promover uma tão desejável mudança na ordem econômica internacional, o único passo capaz de, efetivamente, justificar a expectativa de um crescimento real para os países em desenvolvimento e de um crescimento estável a longo prazo para os países industrializados.

Na verdade, passagens reativações de negócios podem criar ilusões ou afastar o interesse em mudanças estruturais urgentes na ordem econômica mundial.

INICIATIVAS QUE TARDAM

Uma nova ordem econômica deveria contemplar a estabilidade no mundo desenvolvido e a criação de efetivas oportunidades de crescimento no mundo em desenvolvimento. Embora haja consenso quanto a estes objetivos ideais, as iniciativas para seu alcance tardam porque implicam medidas nem sempre fáceis de serem adotadas nos países industrializados.

Essas iniciativas compreenderiam a liberação do comércio, a expansão dos fluxos financeiros internacionais, a adoção de novas políticas de juros e alterações no sistema monetário internacional. A expansão do comércio internacional, com uma participação expressiva dos países em desenvolvimento, requer a abertura dos grandes mercados consumidores — o que via de regra desloca produtores internos, reduz empregos e gera insatisfação política. Entretanto, uma reprogramação de gastos públicos nos países industrializados possibilitaria a reeducação da mão de obra desempregada em virtude das importações, bem como seu reencaminhamento a outros setores produtivos. Políticas fiscais adequadas permitiriam a transformação mais ou menos rápida de indústrias obsoletas em novas indústrias, assim como a reabilitação das zonas industriais.

Para que os países em desenvolvimento sejam incorporados ao sistema de comércio internacional será necessário, ainda, que alguns países desenvolvidos não só removam dispositivos de proteção da produção interna como também eliminem os subsídios que concedem às suas exportações, notadamente no setor agropecuário.

O aproveitamento das novas oportunidades oferecidas pelo comércio internacional criaria nos países em desenvolvimento novas necessidades de capital privado e oficial, em condições acessíveis. Esta necessidade coincidiria com a maior demanda de capital dos próprios países desenvolvidos, diante das transformações internas que estariam promovendo. Pode-se prever, assim, fatos que não caracterizam a existência de crédito

abundante, o que colocaria em relevo o papel dos organismos multilaterais de financiamento postos a operar sob normas ajustadas às novas realidades.

A CRISE DA RACIONALIDADE E A FALTA DE DIÁLOGO

O Brasil vem realizando um esforço de notáveis proporções para o desenvolvimento econômico e social. O resultado desse esforço é altamente promissor, fundamentando esperanças na conquista de padrões de vida digna não só em seu povo como entre numerosos outros que aspiram ao desenvolvimento em clima de paz e cooperação.

Essas esperanças podem enfraquecer-se com as insólitas dificuldades do presente e a falta de melhores perspectivas para o futuro. Nestas circunstâncias, as dificuldades parecem maiores e maiores se tornam, para o mundo todo, as ameaças de instabilidade que sinais isolados de recuperação econômica não podem ocultar.

Não seria racional esperar que a generalização da insolvência levasse as nações industrializadas a promover, em última instância, as reformulações da ordem econômico-financeira mundial. Mais razoável e mais conveniente a todos seria, com efeito, uma antecipação de medidas eficazes para conjurar crises explosivas e previsíveis. Nada mais racional, com efeito, do que criar relações internacionais mais profícuas e mais estáveis incorporando em níveis elevados as economias dos países em desenvolvimento.

Parece haver no momento, mais do que uma crise econômica, uma crise da racionalidade. Falta a consciência de que hoje se enfrenta o maior desafio já imposto à comunidade internacional e, por conseguinte, falta a vontade política de agir a tempo de se evitar males irreparáveis. Perde-se com isso uma preciosa oportunidade de construir em bases solidárias um mundo melhor.

Falta com certeza à comunidade internacional a predisposição para o diálogo, essa necessidade essencial do homem que o Papa João Paulo II encareceu na mensagem à 16.^a Jornada Mundial da Paz, comemorada no dia 1.^o de janeiro de 1983. Falta, com certeza, a essa oportunidade a inspiração destas palavras de Sua Santidade:

“Se o diálogo se tem demonstrado capaz de dar bons resultados no plano nacional, por que é que não haveria de ser assim no plano internacional? É verdade que os problemas são mais complicados, as partes e os interesses em causa mais numerosos e menos homogêneos. Mas o meio por excelência continua a ser sempre o diálogo leal e paciente. Onde ele não existe entre as nações é necessário fazer todo o possível para o estabelecer. E, onde ele se apresentar deficiente, é preciso aperfeiçoá-lo. (...) O diálogo para a paz implica também, obrigatoriamente, uma discussão acerca das regras que dirigem a vida econômica. Com efeito, a tentação da violência e da guerra fará sempre sentir a sua presença nas sociedades em que a cobiça e a corrida aos bens materiais levam uma minoria abastada a recusar à grande massa dos homens a satisfação

dos mais elementares direitos à alimentação, à saúde e à vida. Isto é válido no plano interno de cada país; mas é igualmente válido nas relações entre países, sobretudo quando as relações bilaterais continuam a ser preponderantes. Está aqui um campo em que a abertura às relações multilaterais, especialmente dentro dos quadros das organizações internacionais, proporciona uma possibilidade de diálogo, menos prejudicado pelas desigualdades e, por conseguinte, mais favoráveis à justiça.”

A esperança dos países em desenvolvimento — e também dos países desenvolvidos — depende hoje de que os homens, em todo o mundo, meditem e passem a agir em função destas verdades.

II Parte

O BRASIL E A QUESTÃO AGRÁRIA

O BRASIL E A QUESTÃO AGRÁRIA

Nesta década e nas próximas, a produção de alimentos constituirá o problema potencialmente mais grave de toda a humanidade. Com uma população que cresce anualmente à razão de 100 milhões de pessoas, a comunidade mundial se confrontará com um problema de difícil solução e representando terrível ameaça para certas regiões já muito desfavorecidas da Ásia, África, América Latina e Oriente Médio.

As preocupações com o suprimento alimentar não podem ser atenuadas com a expectativa de que seja viável uma transferência, em larga escala, de excedentes de algumas nações para outras que tenham déficits. Seria temeridade acreditar-se que o atual volume físico de transferências de alimentos, principalmente de cereais, possa elevar-se substancialmente nos próximos anos, de modo a acompanhar o sensível crescimento da demanda. Além disso, o custo elevado de produção e o agravamento da situação financeira dos países carentes impediriam as transferências em níveis suficientes.

Na verdade, cada nação deverá promover esforços para atingir a auto-suficiência na produção de alimentos, por meio do adequado aproveitamento de seus recursos humanos e naturais, contemplando a importação de alimentos como medida apenas complementar ou eventual. A auto-suficiência alimentar transcende a pura conveniência econômica para transformar-se em impe-

rativo de ordem humana e política, da mais alta prioridade em um quadro de objetivos sociais.

O aumento da produção de alimentos é um portentoso desafio para o mundo. Mas para a maioria dos países em desenvolvimento o alcance dessa meta é uma simples questão de sobrevivência como nação independente, constituindo preocupação crônica e, em certos casos, angustiante.

AUMENTO DE PRODUÇÃO E ACESSO À TERRA

Dentro da crucial perspectiva da produção alimentar, evidencia-se a importância do aproveitamento dos recursos naturais de cada país e, por conseguinte, dos recursos da terra. Trata-se aqui, com certeza, do mais delicado aspecto do problema, a começar pelo fato de que o aumento da produção de alimentos não é apenas uma questão de disponibilidade de investimentos, sementes, fertilizantes ou mesmo de espaço físico.

Nos países em desenvolvimento, com efeito, e aumento da produção alimentar depende quase sempre de reformas estruturais, abrangendo aspectos políticos, econômicos e sociais, relacionados com o uso da terra. O alcance desse objetivo requer, geralmente, ações drásticas e abrangentes no sentido de possibilitar acesso à terra por parte de legiões de campônios que permanecem à margem da propriedade rural e, pior que isso, trabalhando ou apenas sobrevivendo em condições infra-humanas, totalmente alijadas do processo de desenvolvimento agrário.

A crescente multidão de camponeses sem terra e de rurículas sujeitos a precárias condições de trabalho constitui motivo adicional — e não menos importante — para preocupações em torno da reforma agrária. A promoção social do homem do campo é, tanto quanto a necessidade de aumento da produção alimentar, para toda a população nacional, outro imperativo indutor de modificações estruturais que possibilitem o adequado uso da terra nos países em desenvolvimento.

Os problemas da terra assumem, por conseguinte, um papel de singular relevo no panorama mundial e segundo uma perspectiva que contemple os mais graves desafios da humanidade nas próximas décadas, seja pelas exigências vitais da ampliação dos suprimentos alimentares, seja pelas necessidades de reerguimento social de vastas populações carentes.

OS OBJETIVOS PRIORITÁRIOS DO BRASIL

No Brasil, com seu imenso território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e sua população de 120 milhões de habitantes, o problema da terra oferece características muito peculiares e assume importância extrema.

Desde há muito, a potencialidade agrícola e pecuária desse verdadeiro continente torna-o merecedor de consideração obrigatória nas análises internacionais sobre o futuro abastecimento alimentar do mundo. Efetivamente, as amplas dimensões de solo agricultável permitem previsões favoráveis quanto à transformação do país em

um "celeiro mundial", além de produtor e exportador de minérios.

Porém, antes de alcançar essa possível situação o Brasil terá que resolver sérias dificuldades nos próximos anos para cumprir objetivos menos ambiciosos mas de absoluta prioridade, que consistem no aumento da produção alimentar para consumo de sua crescente população e na melhoria das condições de vida para a sua grande massa de trabalhadores rurais. Estes dois grandes objetivos deverão ser perseguidos simultaneamente e com toda urgência, pois a taxa de aumento populacional, de 2,5% ao ano, faz prever o contínuo e firme crescimento da demanda alimentar e, por outro lado, a precária situação econômica e social do homem do campo reclama medidas corretivas inadiáveis.

A produção agrária em níveis satisfatórios e em condições que possam melhor beneficiar o agente dessa produção, ou seja, o homem do campo, pressupõe o aperfeiçoamento das estruturas agrária e fundiária do país. Não é outro o objetivo essencial da reforma agrária que se pretende, conceituada no próprio Estatuto da Terra em vigor como o "conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade".

AS DIFICULDADES SÃO MUITAS E GRAVES

Não se trata, evidentemente, de um objetivo de fácil alcance. São numerosas e complexas as

questões antepostas, envolvendo aspectos técnicos, econômicos e jurídicos, e exigindo quase sempre a interveniência de múltiplos setores da administração pública.

A diversidade dessas questões, muitas vezes interligadas, põe em relevo a dificuldade para sua superação. Algumas referem-se a dúvidas dominiais, a conflitos de posse, a abusos de ocupação; outras, à existência de latifúndios improdutivos ou de minifúndios economicamente inviáveis. Desequilíbrios econômicos causam êxodos rurais constantes, que esvaziam o campo e multiplicam as favelas em congestionadas metrópoles. A conquista de novas fronteiras agrícolas, uma ação tão necessária e de resto incontível, é não raro marcada por delito e violência. Há excessivo grau de exploração predatória dos solos e dos recursos naturais. Persiste ainda o fenômeno concentracionário, traduzido pela posse de grandes áreas de terras por reduzido número de proprietários. Para culminar, distorções na prática da legislação trabalhista e a ausência de dispositivos adequados mantêm vivo o drama profundamente lastimável do trabalhador volante, daquele que não tem terra nem vínculo empregatício com uma empresa rural e, totalmente desamparado do ponto de vista social, presta serviços irregulares, instáveis, sob condições materiais e psicológicas aviltantes.

Todos esses problemas são realmente graves e impõem reflexões que conduzem a urgentes medidas corretivas. Nenhum deles é, porém, incontornável. Alguns poderão ser resolvidos a curto ou médio prazo, apesar de sua notória complexidade. Outros demandarão mais tempo e é

exatamente por isso que estão a requerer a discussão imediata de propostas de soluções alternativas, que possibilitem um encaminhamento mais breve de ações compatíveis.

Não há no Brasil, atualmente, questões mais importantes e prementes do que as ligadas ao uso da terra, quer pela intensidade do impacto de suas soluções, quer pela abrangência de seus efeitos nas áreas econômica e social.

O fortalecimento do mercado interno — um ponderável efeito econômico — será consequência da formação de uma classe rural estável e próspera, pelo acesso à terra própria de um número crescente de trabalhadores rurais, pela melhoria das relações de trabalho no campo e pelo aumento da produtividade agrícola. O padrão de vida mais digno para as famílias e comunidades rurais — um magno efeito social — será resultado de reestruturações fundiárias acompanhadas de medidas visando a elevação da produtividade e ao aumento da renda no campo.

A BUSCA DAS SOLUÇÕES

Há, no país, uma generalizada consciência destes fatos e um consenso em relação ao imperativo de ações eficazes. Assim, caberia a pergunta: o que é, na verdade, que falta ao Brasil para superar efetivamente os seus principais problemas agrários e fundiários?

A procura de uma resposta, primeiro passo para o vislumbre de caminhos seguros e a reunião de esforços para trilhá-los, aconselha o exame de posições já assumidas pelo Estado e pela Igreja em face do assunto.

O Estado já dispõe, hoje, de um valioso instrumental jurídico-legal que permite ao governo e ao conjunto de órgãos do poder público atuar de forma concreta no sentido de resolver as mais importantes questões agrárias e fundiárias. Após séculos de equívocos e distorções no manejo da propriedade e no uso da terra, foram estabelecidas condições básicas para a execução de uma reforma agrária à luz de princípios de justiça social. Não menos importantes, definiram-se políticas agrárias conceituadas como conjuntos de providências de amparo da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-los com o processo de industrialização do país.

No tocante a princípios, são significativas as disposições iniciais do Estatuto da Terra que, assegurando a todos a oportunidade de acesso à terra, condicionada pela função social, esclarece que a propriedade desempenha inteiramente a sua função quando, simultaneamente:

- a. favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b. mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c. assegura a conservação dos recursos naturais;
- d. observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

O mesmo diploma legal vai além em matéria de princípios, fixando como deveres do poder público:

- a. promover e criar as condições de acesso ao trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita ou, quando as circunstâncias regionais o aconselhem, em zonas previamente ajustadas;
- b. zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

Deve-se reconhecer que os princípios mencionados denotam, além de uma evoluída atitude perante as questões fundiárias, uma clara intenção de abordar problemas acumulados há centenas de anos, considerando as exigências do bem comum. Em anos recentes, várias iniciativas de ordem prática, nas esferas dos poderes Legislativo e Executivo, reafirmaram tanto aquela atitude quanto essa intenção. Nota-se, em tais iniciativas, a preocupação em valorizar cada vez mais a função social da terra bem como a legitimação de sua propriedade pelo trabalho do homem que a ocupa. Quando sancionada a lei sobre usucapião especial, em dezembro de 1981, a mensagem presidencial que a anunciou incluiu estas palavras bem expressivas: "O usucapião especial vem garantir a função social da propriedade, porque a transfere daquele que deixou a terra improdutiva, e tantas vezes sem tê-la jamais visto de perto, para o agricultor que, nela se instalando, tornou-a fecunda com o seu trabalho. A proprie-

dade se desloca, assim, do proprietário que a deixou deserta para o posseiro que a colocou, com sua operosidade, a serviço do interesse social”.

O PAPEL FUNDAMENTAL DA IGREJA

Ao longo de muitos anos, vem cabendo à Igreja, no Brasil, um papel de grande relevo no questionamento dos problemas agrários e fundiários, com base na sua doutrina social, formulada não apenas em resposta aos desafios apresentados pela sociedade brasileira, mas também, como citado do documento “A Igreja e os Problemas da Terra”, aprovado pela 18.^a Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “em consonância com uma longa tradição que tem suas raízes na Bíblia, na mensagem de Jesus, no pensamento dos Santos Padres e Doutores”. É a preocupação social com a propriedade e o uso da terra e, sobretudo, com o bem-estar do homem e da comunidade que ressuma dessa doutrina inspiradora de freqüentes manifestações. Afirma-se naquele documento: “A Igreja, embora respeitando sempre a justa autonomia das ciências jurídicas e do direito positivo, considera de seu dever pastoral a missão de proclamar as exigências fundamentais da justiça. É assim que, para ser fiel a essa tradição brevemente evocada, a Igreja, na sua doutrina social, quando defende hoje a propriedade individual da terra e dos meios de produção, enfatiza sempre a sua função social”.

A CNBB cita o ensinamento de Sua Santidade João Paulo II: “Sobre toda propriedade privada

pesa uma hipoteca social”. E observa: “Uma hipoteca é uma garantia do cumprimento de obrigações assumidas. Da expressão do Santo Padre se conclui, pois, que toda propriedade privada está, de certo modo, penhorada, gravada pelo compromisso de sua destinação social. A propriedade compatível com aquele direito primordial é, antes de tudo, um poder de gestão e administração que, embora não exclua o domínio, não o torna absoluto nem ilimitado. Deve ser fonte de liberdade para todos, nunca de dominação nem de privilégios”.

PRINCÍPIOS COMUNS FAVORECEM AÇÕES CONCRETAS

Há uma base de princípios convergentes nas posições assumidas pelo Estado e pela Igreja, no Brasil, perante as questões agrária e fundiária, especialmente no que diz respeito à primazia da função social do uso da terra. Esses princípios foram incluídos também, de uma forma ou de outra, nos estatutos de todos os partidos criados no recente processo de reabertura política, independentemente de suas tendências ideológicas.

Existe de fato, no país, uma predisposição geral favorável ao efetivo estabelecimento de uma política agrária consistente em benefício do trabalhador rural. Esta predisposição, sempre reiterada pela Igreja, hoje reafirmada pelo governo e agora, ainda que de forma incipiente, manifestada pelas novas organizações partidárias, há de fortalecer a vontade política indispensável ao impulso das ações concretas.

A identificação de princípios convergentes do Estado e da Igreja remove a idéia, às vezes aventada, de posições conflitantes a respeito da questão agrária. Mais que isso, justifica a expectativa de uma cooperação cada vez mais estreita entre os representantes do governo e da Igreja, para o alcance de objetivos de legítimo interesse da população rural e, portanto, da sociedade brasileira.

Na potencialidade dessa cooperação está o mais promissor caminho para a superação das inegáveis dificuldades que cercam os problemas agrários e fundiários do país. O governo, coerente com a sua firme política de abertura, há de ampliar cada vez mais a discussão dos problemas nacionais no âmbito do Poder Legislativo e junto aos representativos segmentos da sociedade. A Igreja há de manter-se fiel ao dever pastoral de proclamar as exigências fundamentais da justiça, à luz dos ideais evangélicos, apresentando-se não só como portadora de sugestões que visem à elevação social da coletividade, mas como voz crítica de atos e situações que se mostrem contrários àqueles ideais.

A HORA DO DIÁLOGO

Por não comportarem fáceis soluções, os problemas agrários e fundiários devem com mais fortes razões submeter-se ao debate. No debate franco e aberto possibilita-se o entrelaço de opções e, desse modo, a escolha daquela que mereça consenso e que terá por isso melhores condições de ser implementada. Uma sociedade

que se apóia em princípios comuns ou pelo menos convergentes sempre rejeitará as opções inconvenientes — e sempre terá as maiores probabilidades de êxito ao adotar opções que democraticamente formulou. Pela via da discussão ampla serão favorecidas, de modo único, as soluções agrárias e fundiárias.

A Igreja manteve sempre as suas portas abertas ao diálogo e à cooperação com todos os que sinceramente se interessam pela melhoria das condições do trabalhador rural, pelas oportunidades de acesso à terra e pela melhor distribuição, na sociedade nacional, dos benefícios da produção agropecuária. Como talvez em nenhuma outra época, o governo brasileiro afirma com clareza a disposição de agir decididamente para estabelecer as soluções adequadas aos problemas da terra e do trabalhador rural, ratificando com medidas concretas essa atitude.

Além dessas positivas circunstâncias, configura-se um clima propício à discussão aberta dos grandes problemas do país, entre os quais avulta o da terra. É este o clima para a cooperação profícua entre os homens de boa vontade e, particularmente, entre os representantes do governo e da Igreja, conscientes todos não só da importância como da premência das questões agrárias.

Se as ações no sentido do aperfeiçoamento da política agrária dependem muito de cooperação, chegou o momento de impulsioná-las. Não falta a vontade política nem tampouco o ideal evangélico para as ações criteriosas. Queira Deus se inspirem os brasileiros na proposta de Sua Santidade João Paulo II.

Coordenação Gráfica
Ponto de Propaganda e Promoções Ltda.
Rua José Maria Lisboa, 838 — Tel. 284-8701
Jd. Paulista — 01423 — S. Paulo — Brasil